

RECICLAGEM CIENTÍFICO-AMBIENTAL DOS PROFISSIONAIS DA EMPRESA DROMEDUNAS NA APA DE JENIPABU/RN

Nathália Napole de Oliveira¹

RESUMO

As Unidades de Conservação têm se tornado, nos últimos anos, espaços possíveis e desejáveis ao desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental. Neste sentido, o presente estudo buscou promover ações que visavam aproximar os funcionários da empresa Dromedunas Ltda. à Área de Proteção Ambiental de Jenipabu (APAJ), onde a mesma está localizada. Desta forma, através dos objetivos de compreender a percepção ambiental dos funcionários da empresa Dromedunas Ltda., acerca da Área de Proteção Ambiental de Jenipabu – APAJ e aprimorar o conhecimento técnico-ambiental dos mesmos, buscamos construir noções que pudessem ser passadas aos turistas e moradores da região. Tais ações, se construíram por meio da análise das atividades desempenhadas na empresa, à saber aplicação de questionários norteadores, desenvolvimento de dinâmicas, mostra de documentário, pelas quais observamos que pouco se sabia da APAJ entre os funcionários, o que, conseqüentemente, não despertava nos mesmos o sentimento de pertencimento a Unidade de Conservação. Assim, as atividades de EA empregadas formaram peças fundamentais na construção deste sentimento e do conhecimento acerca da área. Portanto, entendemos que projetos com essa finalidade são extremamente pertinentes. Principalmente quando se pretende informar e despertar a população. Tornando-a agente ativo na busca de soluções que amenizem as perturbações à natureza.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Empresas, Percepção Ambiental, Rio Grande do Norte, Unidades de Conservação.

INTRODUÇÃO

Unidades de Conservação (UC) são ótimos espaços para o desenvolvimento e aprimoramento da Educação Ambiental (EA). Assim, compreendemos que a promoção de atividades voltadas para as pessoas que trabalham com turismo nessas áreas pode trazer bons resultados e consolidar, no saber dos indivíduos, a importância e a necessidade de tais espaços em termos ambientais (BOSA & COSTA, 2007). Neste sentido, Bensuan (2007) aponta como prioritária à amplificação destas atividades, visto que a população humana exerce forte pressão sobre a diversidade biológica dos locais e dos serviços naturais.

Justamente sobre os impactos humanos citados anteriormente que reside a premissa das Áreas de Proteção Ambiental (APA), projeto de política pública voltado ao meio ambiente aprovado em 2000 sob a LEI nº 9.985, que instaura o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Tal sistema tem como objetivo proteger e conservar as especificidades

¹ Graduanda em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN,
nathalianapoleo@gmail.com

das UCs, adequando o nível e a forma de proteção ambiental de acordo com a situação do lugar a ser preservado. Em tais formas ou categorias, encontramos as Áreas de Proteção Ambiental (APA) configuradas como Unidade de Uso Sustentável, as quais visam assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, além de ordenar a ocupação humana, protegendo a biodiversidade (BRASIL, 2000).

Encontra-se nessa categoria a APA de Jenipabu-APAJ²/Extremoz-RN onde está localizada a empresa Dromedunas Ltda, sede do projeto de EA apresentado neste artigo, a qual exerce atividades voltadas ao turismo que é um forte comércio no litoral do RN.

Com relação ao turismo litorâneo, sabemos que o estado do Rio Grande do Norte vive um processo de reestruturação produtiva no seu território. Isso faz com que tenhamos uma intensificação da atividade turística, principalmente em virtude dos Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR; política pública que, em parceria com o setor privado, financia a implementação de infraestrutura turística no nordeste brasileiro (BRASIL, 2015). Atrelado a isto, temos a posição geográfica do estado do RN e sua gama de diversidade ambiental, que favorecem investimentos produtivos (GALVÃO, 2005).

Neste sentido, consideramos ser necessária lançar um olhar também voltado ao meio ambiente atrelado a atividade turística. Partindo disso, entendemos que a Educação Ambiental (EA) surge como uma ferramenta fundamental, tendo em vista que a mesma é uma política que possibilita a sensibilização e o acesso ao conhecimento das comunidades acerca da problemática ambiental do processo de ampliação do turismo (TORRES; OLIVEIRA, 2008).

Por esta razão, Medina (2002) define a EA como um processo que objetiva a elucidação de valores e desenvolvimento de atitudes que integram a sociedade aos recursos naturais, melhorando a qualidade de vida das pessoas. Adicionalmente, temos o direito das pessoas ao meio ambiente, garantido na Constituição Federal Brasileira de 1988 – Art. 225, onde “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” (BRASIL, 1988). Ainda como direito, na Constituição do Rio Grande do Norte de 1989 – Art. 19, inciso VI, temos como competência do Estado e dos Municípios “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas” (RIO GRANDE DO NORTE, 1989).

Posto isto, acreditamos que a participação social, bem como o envolvimento de pesquisadores e órgãos ambientais, configuram um meio eficaz de atingir o máximo de

² O nome Jenipabu é utilizado neste trabalho devido a maior usabilidade do mesmo, tanto por órgãos públicos, quanto pela população. Entretanto, o Decreto n° 12.620, de 17 de Maio de 1995, que cria a APAJ a denomina como Genipabu.

resultados positivos na conservação do meio ambiente (TORRES; OLIVERIA, 2008). Partindo deste pressuposto, julgamos que o desenvolvimento de atividades de EA que integram os comerciantes e prestadores de serviços presentes em áreas de conservação de uso sustentável é uma forma de passar aos turistas e moradores, diretamente, as atividades que ocorrem na área e, em especial, os motivos pelo qual elas estão em situação de conservação.

Portanto, o presente estudo objetiva a) compreender a percepção ambiental dos funcionários da empresa Dromodunas Ltda. acerca da Área de Proteção Ambiental de Jenipabu – APAJ; b) aprimorar o conhecimento técnico-ambiental dos mesmos e c) construir conhecimentos noções que possam ser passadas aos turistas e moradores da região.

MATERIAIS E MÉTODOS

A Área de Proteção Ambiental de Jenipabu - APAJ

Fundada sob o Decreto nº 12.620, de 17 de maio de 1995, a APAJ está localizada entre os municípios de Extremoz e Natal. E tem como objetivos principais ordenar os usos na área que compreende a UC, bem como proteger e preservar os seguintes aspectos: i) os ecossistemas costeiros, a mata atlântica e o manguezal; ii) as lagoas, rios e demais recursos hídricos e iii) as dunas e espécies vegetais e animais (BRASIL, 1995). A mesma conta com 1.881 hectares e gradientes de vegetação que junto aos recursos hídricos são responsáveis pela biodiversidade local.

A APAJ é gerida a partir do Conselho Gestor, instaurado pelo Decreto nº 19.139, de 5 de Junho de 2006 e conta com a participação do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), da Secretaria Estadual de Turismo (SECTUR), além dos representantes das empresas que operam no local (p. ex. Empresas hoteleiras e alimentícias), dos prestadores de serviço (bugueiros e a empresa Dromedunas Ltda.), representantes das comunidades presentes na APAJ e entidades ambientalistas de ambos os municípios. Outros órgãos possuem participação facultativa. Dentre as funções a serem exercidas pelo Conselho, destacamos aquelas que constam no Decreto nº 19.139/006 e que são foco deste trabalho, como as contidas no Art.7, inciso II: “propor, apreciar e emitir parecer sobre matérias de monitoramento, avaliação ambiental, educação ambiental, questões relacionadas à fiscalização e propostas de normas para aperfeiçoar o controle das atividades desenvolvidas na APAJ” (RIO GRANDE DO NORTE, 2006).

Empresa Dromedunas Ltda.

A empresa Dromedunas Ltda. se encaixa no ramo turístico, oferecendo passeios com dromedários nas dunas da APAJ. Segundo seu site de divulgação, a Dromedunas iniciou suas atividades em novembro de 1988 e até a aplicação deste estudo contava com 14 funcionários, sendo estes nas mais variadas funções (guias, contadores, veterinários, publicitários, etc.) (DROMEDUNAS, 2019). Dentre as funções exercidas por estes profissionais, a principal era levar aos turistas uma experiência “única na América Latina” ao encontrar os dromedários, assim como ações voltadas à sustentabilidade. Dentro destas práticas sustentáveis destacam-se, o uso das fezes dos animais como húmus para Projeto Integrado de Horticultura Urbana e Inclusão Social – Hortas Comunitárias e Pedagógicas, além de projetos de EA na comunidade local e escolar em parceria com o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN-EMATER (DROMEDUNAS, 2019).

Desenvolvimento de Atividades na Empresa

O presente estudo foi realizado com 12 funcionários da empresa Dromedunas Turismo Ltda. durante o mês de outubro de 2017. Os encontros foram integralmente realizados na sede da empresa localizada em Jenipabu, Extremoz - RN, dentro do território da APAJ - Área de Proteção Ambiental de Jenipabu.

No local, construímos um pequeno projeto de Educação Ambiental, objetivando a reciclagem técnica-ambiental dos funcionários da empresa Dromedunas Ltda. Desta forma, realizamos pequenas apresentações acerca da APAJ, de forma a envolver sua criação, as áreas que a compõe, os tipos de uso em cada área, os riscos, entre outros fatores. Além disso, buscamos compreender como os funcionários da empresa percebiam a Área de Proteção Ambiental de Jenipabu, através de pequenas dinâmicas com participação ativa. Todas as etapas do projeto foram compostas por discussões ao longo das atividades e um breve resumo ao final.

O projeto de EA desenvolvido foi dividido em três etapas, sendo a primeira de aplicação do questionário inicial, simples e estruturado, com perguntas objetivas e discursivas. Este primeiro documento foi desenvolvido e denominado “Questionário para Diagnóstico Socioambiental” pelas quatro alunas do curso de Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), realizadoras do projeto. Além disso, houve a promoção de uma breve dinâmica, denominada “Reconhecendo sua Folha”, onde cada pessoa recebeu uma folha de árvore. Todos foram orientados a analisar as características da folha que receberam. Após este passo, as mesmas eram misturadas e cada um deveria encontrar a sua folha. O objetivo desta dinâmica foi demonstrar aos funcionários da empresa que todos os elementos existentes na

natureza possuem uma função/objetivo e que as características que eles perceberam na sua folha a torna fundamental na fotossíntese que mantem a vida de uma árvore, por exemplo.

A segunda etapa contou com uma breve exposição da APAJ, baseada no Plano de Manejo da mesma. O intuito desta pequena palestra foi mostrar a história da área, a fundação da APA, o gradiente ambiental abrangido por ela, os pontos fortes do local, bem como suas riquezas. Além disso, foram mostradas fotografias de locais específicos, como as lagoas e dunas, além de fotos de espécies vegetais e animais que existem na UC.

A terceira e última etapa contou com uma breve palestra de agradecimento e a aplicação do segundo questionário. Este, por sua vez, foi denominado “Questionário de Aprendizagem”, portando duas perguntas além das previstas no questionário inicial. Estas novas questões buscaram compreender a visão dos funcionários a cerca deste tipo de projeto, bem como uma breve avaliação das desenvolvedoras do mesmo. Outra atividade empregada nesta etapa foi a dinâmica “O que pensamos e sentimos sobre o meio ambiente?”, que envolveu pequenas perguntas visando proporcionar a integração de conhecimento ambiental e abrir discussões acerca de temas, como: desperdício de água na UC, a produção de lixo, o aprisionamento de animais silvestres na região (principalmente pássaros), o pertencimento pessoal em relação a APAJ, os problemas ambientais que eles percebiam a ocorrência na área protegida, entre outras. Ainda na terceira etapa do projeto foi apresentado o documentário “A história das coisas” e entregue a cada funcionário mudas de árvores nativas da região.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na fase de diagnóstico Socioambiental apenas nove funcionários estiveram presentes, os resultados obtidos nesta etapa foram qualitativamente alarmantes, mostrando que o conhecimento geral e ambiental com relação à APAJ era limitado ou inexistente. Tais afirmações foram observadas na questão do questionário em que era abordada a opinião deles em relação à UC onde estavam inseridos. Neste sentido, obtivemos duas respostas para “não posso opinar”, em que os funcionários apontaram desconhecimento de que a empresa se encontrava numa Área de Preservação Ambiental, além de três respostas com ressalvas, que trouxeram, principalmente, descontentamento com o distanciamento do órgão ambiental em relação à comunidade, com a falta de fiscalização e também com a desorganização. Nesse processo, apenas quatro funcionários declararam gostar da APAJ. Nenhum participante respondeu “não gosto”. Quando questionados sobre a importância da Educação Ambiental, cinco funcionários declararam ser importante, dois declararam importância, porém não a conheciam a fundo e dois desconheciam a ferramenta.

Após todo o desenvolvimento do projeto, foi aplicado o questionário de aprendizagem, onde apenas seis funcionários estiveram presentes. Nesta etapa os resultados foram satisfatórios, visto que apenas um funcionário ainda possuía ressalvas quanto a APAJ, o que nos demonstrou uma certa mudança na percepção dos mesmos acerca do meio ambiente e da UC onde estavam inseridos, principalmente no que diz respeito aos ecossistemas que a APAJ visa proteger e os tipos de uso que são empregados no local. Os funcionários apontaram ainda que ao longo do projeto repassaram as informações aos membros da comunidade (p. ex. vizinhos, amigos, filhos, etc.), como também aos turistas que foram atendidos por eles. Tais gestos justificam os resultados obtidos acerca da importância desse projeto, onde, de forma unânime, os funcionários da empresa Dromedunas Ltda. declararam o desenvolvimento do projeto de EA como “importante” / “super importante”.

A partir das questões e resultados apontados anteriormente, entendemos que a participação destes funcionários em um pequeno projeto de Educação Ambiental os tornou mais capazes de demonstrar empatia pela Unidade de Conservação tratada. Corroborando com Torres e Oliveira (2008), quando estes dizem que a percepção ambiental das comunidades, (neste caso a dos funcionários da empresa, visitantes e gestores) deve ser amplamente explorada, de forma que a aplicação da EA auxilie na redução de conflitos, gerando melhores resultados dentro de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

Os resultados do questionário de diagnóstico demonstraram a necessidade de acesso ao conhecimento pertinente pelos participantes do projeto. Esse termo, conhecimento pertinente, foi criado por Morin (1921), para transmitir a importância da contextualização (histórica e geográfica) ao entendimento das realidades locais ou globais. Afinal a maioria dos funcionários residem na APA e possuem conhecimento informal e fragmentado sobre o assunto. Neste sentido, a ciência de acontecimentos e conhecimentos fragmentados dificultam o entendimento e o conhecimento global, além de criar lacunas. Observamos isso na própria intervenção em EA do presente projeto: ainda que tenha sido pequeno em relação a durabilidade, apenas contextualização e elucidações técnicas-ambientais bastaram para a concepção da multidimensionalidade que é a realidade da interação entre eles (funcionários), a empresa (Dromedunas Ltda.) e a Área de Proteção Ambiental de Jenipabu. Esses resultados foram essenciais para o desenvolvimento das atividades principais.

Em contrapartida, o resultado do levantamento de dados após as atividades apresentou um aumento na classificação da APAJ como um espaço importante. Com base nos saberes de Morin (1921), pode-se entender que uma possível causa da mudança nas respostas no

segundo questionário foi a sensibilização para o despertar da ética do gênero humano, descrita como a consciência de que tudo o que se faz reflete em nós mesmos e, para que tudo fique bem para todos, é necessário ter consciência dos atos praticados. Sendo assim, uma mudança que refletiu tal percepção por parte dos funcionários acerca dos impactos ecológicos foi a compreensão da atividade de cada um, enquanto um indivíduo integrante de um coletivo que desempenha atividades diárias na APAJ. Isso se torna importante pois, considerando o que prevê a Constituição Federal de 1988 quando esta diz que todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, os funcionários, no momento do repasse de informações sobre a APAJ, como também nas ações empregadas por eles como indivíduos que necessitam deste meio ambiente equilibrado, visavam o mantimento de sua qualidade de vida atrelado ao da qualidade da UC.

Ainda sobre Morin (1921), temos a reflexão de que os resultados refletem o reconhecimento da identidade terrena, caracterizada pela compreensão de que o acontecimento da localidade interfere na totalidade e que tudo está interligado, ou seja, as decisões e atitudes de um local podem atingir toda a humanidade pois vivemos em uma imensa comunidade, com destino comum. O impacto ambiental nas Dunas, por exemplo, pode gerar consequências no abastecimento hídrico da região, pois é uma unidade geomorfológica essencial na filtração natural da água e recarga do aquífero que abastece toda a população circundante (LIMA, 2011). O acesso às informações como essa, acompanhada de toda a contextualização histórica da implantação da APAJ, contribui, portanto, como podemos notar pelo projeto de EA, para o reconhecimento da importância da APA por 100% dos participantes das atividades principais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o projeto tenha atingido um público limitado, o objetivo foi alcançado e satisfatório. Uma vez que, as informações foram repassadas e concebidas pelos funcionários, concretizando, assim, a reciclagem científico-ambiental destes, bem como as possíveis aplicações destas informações em atividades futuras de educação ambiental, realizadas pela empresa Dromedunas Ltda.

Entretanto, antes da efetivação do projeto, o diagnóstico é de uma realidade não esperada dentro de uma APA. O que despertou questões como, a eficácia da atuação da APAJ para com os seus moradores, por exemplo: será que existem projetos com a finalidade de incluir a comunidade nos debates socioambientais locais? Como a APAJ pode integrar a comunidade a fim de que haja a implementação do seu Plano de Manejo? As questões aqui levantadas visam encontrar meios para que haja uma harmonização entre a comunidade local e a Unidade de

Conservação. Ainda assim, os resultados obtidos nos questionários realizados com os funcionários da empresa não devem ser generalizados, considerando como dado toda população residente no local. Para um diagnóstico completo da região é necessária a implantação de medidas próximas ao projeto realizado na empresa, de forma a abranger toda ou uma grande parte das comunidades residentes na localidade de atuação da APAJ, construindo questionamentos com o mesmo conceito executado no referido projeto, levantando então, dados sobre o desempenho da área e do Conselho Gestor na região.

Tendo em vista que a APA de Jenipabu é um ponto turístico com práticas que causam diversos impactos ecológicos em seu território, projetos com essa finalidade são extremamente pertinentes. Principalmente quando se pretende informar e sensibilizar a população, tornando-os agentes ativos na busca de soluções que amenizem os impactos humanos na natureza. Assim concluímos que a realização deste projeto foi de extrema importância para um novo tratamento que será abordado nas atividades socioambientais que a empresa desempenha na comunidade, bem como para o conhecimento pessoal do valor da APAJ em seu contexto ambiental e sociocultural.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental nem sempre é uma tarefa fácil. Tampouco é aceita de forma unânime pelas comunidades. Portanto, gostaríamos de agradecer à empresa Dromedunas Ltda., por nos receber e participar ativamente das atividades propostas. Além disso, ressaltamos a importância da participação do Gestor da APAJ, Tiego Costa, nas sugestões de atividades a serem desenvolvidas. Agradecemos ainda ao professor Rafael Laia pela oportunidade, incentivo, disponibilidade no esclarecimento de dúvidas, nas tomadas de decisão e na elaboração de documentos e, por fim, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte pelo apoio.

REFERÊNCIAS

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da Biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006. pp. 176.

BOSA, C. F. & COSTA, A. L. **Panorama das atividades de Educação Ambiental em Unidades de Conservação: uma revisão sistemática em meta-análise**. *Revista Monografias Ambientais*, 2014. p. 3610-3622.

BRASIL (Constituição Federal). Constituição da República Federal 1988. Brasília, Outubro 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 28/10/2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC - Categorias**. 2000. Publicação Eletrônica. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/categorias.html>. Acesso em: 30/10/2019

BRASIL. Ministério do Turismo. **PRODETUR**. 2015. Publicação Eletrônica. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/programas/5066-prodetur.html>. Acesso em: 30/10/2019.

GALVÃO, M. L. de M. **Rio Grande do Norte**: Geografia. Natal, Edição do Autor, 2005.

LIMA, J. S. D. de. **Análise e Monitoramento Geoambiental da Praia de Genipabu/RN**. 2011. 125 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/18950/1/JannySDL_DISSERT.pdf. Acesso em: 30/10/2019.

MEDINA, N. M. **A formação de multiplicadores em educação ambiental**. In: PEDRINI, A.G. (Org.). O Contrato Social da Ciência, unindo saberes na Educação Ambiental. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 47-70.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 1921. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EdgarMorin.pdf>. Acesso em: 10/11/ 2017.

RIO GRANDE DO NORTE. Constituição do Estado do Rio Grande do Norte. Natal, Outubro 1989. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70437/CE_RioGrandedoNorte.pdf?sequence=1. Acesso em: 30/10/2019.

TORRES, D. de F.; OLIVEIRA, E. S. de. **Percepção Ambiental**: Instrumento para Educação Ambiental em Unidades de Conservação. 2008. 9 p. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental). Disponível em: <file:///C:/Users/55849/Downloads/3046-8518-1-PB.pdf>. Acesso em: 30/10/2019.